

Relato de uma expedição processante

Wolney Unes

Em 1937, publicava Guilherme Figueiredo Coelho na cidade de Goiás seu diário intitulado *Expedição histórica nos sertões de Goiás*. O autor, escrivão da Secretaria de Segurança Pública estadual, havia sido designado para acompanhar o juiz de Direito Celso Calmon Nogueira da Gama, da Comarca da então Pouso Alto (atual Piracanjuba), num inquérito que visava apurar problemas com o Fisco em São José do Duro (hoje Dianópolis). Na vila do Duro, a família Wolney havia entrado em atrito com o juiz e o coletor locais, com ameaças e coações que levaram os oficiais a abandonar seus postos. Com isso, a cidade ficara entregue à sua própria sorte.

Assim, no dia 30 de julho de 1918, a comitiva parte da cidade de Goiás, com destino ao Duro, aonde chegam em 4 de outubro. Além do juiz e de nosso autor, integram a comitiva um promotor e uma força militar de cerca de 40 homens. Coelho aproveita os mais de dois meses de viagem pelos sertões goianos para fazer anotações sobre tudo que vê, ao longo dos 906 quilômetros.

Hoje, a cidade de Dianópolis faz parte do Tocantins, já não provoca as disputas de outrora e o autor segue um ilustre desconhecido. Dele sabe-se apenas que nasceu na cidade de Goiás, em 10 de outubro de 1882, filho de Joaquim Ferreira Coelho e de Antônia Ludovico Coelho, tia de Pedro Ludovico Teixeira, futuro interventor federal no Estado de Goiás. Seu relato foi impresso nas oficinas gráficas do *Popular*, jornal da empresa J. Câmara & Cia.

Mais tarde, o autor mudou-se para Goiânia, onde faleceu em 1967, aos 85 anos. Postumamente recebeu algumas homenagens, como a comenda Pedro Ludovico Teixeira, do governo estadual, e o diploma de Pioneiro, da prefeitura de Goiânia, ambos em 1992.

Se o autor segue desconhecido, outra sorte teve seu diário, que – apesar de pouco conhecido do público – serviu de base para criações literárias importantes e esteve no meio de uma polêmica.

A leitura de seu diário hoje pode ser feita a partir de duas dimensões: em primeiro lugar, trata-se de um relato de um observador atento acerca das coisas de Goiás, geografia, fauna, flora, recursos econômicos e paisagem. É o relato de um viajante, mas um viajante nativo, ao contrário de relatos semelhantes do século XIX elaborados pelos vários viajantes estrangeiros que por aqui passaram, já velhos conhecidos da História e Geografia goianas. Por si só este fato já é uma exceção em Goiás naqueles tempos – um nativo a descrever a própria terra.

Em segundo lugar, o relato de Guilherme Coelho fez sua própria história ao servir de fonte para toda uma série de obras ficção. Uma é o romance de Osvaldo Rodrigues Póvoa, intitulado *Quinta-feira sangrenta*, publicado em 2002. Outra, mais antiga, é o romance *O tronco*, de Bernardo Élis, publicado em 1956 e que mais tarde ganharia versão cinematográfica.

E é com esta última obra que se formou a polêmica, se teria ou não Bernardo Élis plagiado seu romance do diário de Guilherme Coelho. Apesar de questão já bem apresentada por Enid Yatsuda, no texto “Literatura e política”, que publicamos na coletânea *Bernardo Élis, vida em obras* (Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005), no imaginário popular segue a polêmica. Ocorreu que, pouco tempo depois de publicado *O tronco*, o jornalista Jarmund Nasser escreve no *Jornal de notícias*, na edição de 30 de novembro de 1956, uma denúncia de que o escritor teria plagiado seu livro do antigo relato de Guilherme Coelho. Nas palavras de Nasser: “as passagens mais importantes que descreve estão como que projetadas, com mais enfeites, com mais

cores, nas páginas de *O tronco*". É Enid quem aponta a ingenuidade de Nasser, que escreve sua acusação "sem perceber que é justamente a diferença entre o discurso literário e o histórico que conta".

A própria constatação do plágio é problemática: alusão, paráfrase, mimésis, paródia, citação, são vários os casos limítrofes. Parece ser Lautréamont nas *Poésies*, quem sintetiza o problema: "*Le plagiat est nécessaire. Le progrès l'implique. Il serre de près la phrase d'un auteur, se sert de ses expressions, efface une idée fausse, la remplace par l'idée juste*".

Bernardo Élis não era o tipo de escritor que necessitava apropriar-se de texto alheio; apropriou-se, sem dúvida dos relatos dos acontecimentos do Duro. Acerca da querela do Duro, a narrativa dos acontecimentos de Guilherme Coelho resume-se a um apanhado de ofícios, cartas e pareceres oficiais, além, é claro, da descrição de um ou dois momentos mais dramáticos de enfrentamento. Bernardo, ao contrário, imprime ao evento uma dimensão literária, de que Enid nos fala, focando sua narrativa no próprio instrumento de opressão representado pelo tronco, ao qual foram presos nove membros da família e ali executados à queima-roupa.

Bernardo nunca quis dissimular o empréstimo da situação. Em seu acervo encontram-se pelo menos cinco versões do romance, além de diversos cadernos com anotações sobre o assunto, prática corrente do autor. E, acerca do plágio, Gilberto Mendonça Teles lembra o dito espanhol: "em literatura só é lícito o roubo que vai seguido do assassinato", o que obriga o plagiador a superar o plagiado. É essa superação que lhe garantirá a piedade salvadora.

Faz sentido, portanto, trazer parte do texto causador de tanta polêmica, depois de 70 anos. Repetindo: lê-lo nos dá oportunidade de conhecer a literatura de um viajante nativo como também a de cotejar relato e texto literário, tirando nossas próprias conclusões acerca da polêmica suscitada pelo jornalista.

A seguir, apresentamos trecho do relato do escrivão em que se apresenta a descrição de São José do Tocantins, atual Niquelândia – o capítulo X da edição original. De sua leitura, fica evidente a atualidade da descrição do potencial das jazidas de níquel da região. Paralelamente aos quadros descritivos, Coelho rememora fatos políticos da região (como as eleições de 1886), enumera diversos nomes conhecidos da crônica política goiana e faz breves comentários sobre a sociedade, inclusive sobre uma incursão dos avá-canoeiros, descritos como brincalhões.

Uma edição integral do texto de Guilherme Coelho está em preparação e deve ser publicada nos próximos meses.

X

SÃO JOSÉ DO TOCANTINS

Com dois dias de viagem, em seguida à passagem do Rio Maranhão, transpusemos os 72 quilômetros que se tem de vencer para chegar à vila de São José do Tocantins.

Avistamo-la à distância regulada de duas léguas, quando já era o findar do dia e os derradeiros clarões faziam realçar os cristais que encascalhavam o leito da estrada e permitiam, mais, distinguir as suas velhas casarias, algumas em completa ruína, que se elevavam por entre um pomar nativo.

Curiosa observação oferecia a reflexão das grandes folhas de mica, adaptadas aos caixilhos das janelas, em substituição, vantajosamente, ao vidro, para vedarem as águas pluviais, num permanente avivado gradativo de luz.

De permeio o Rio Maranhão e a vila, em todas as direções campos e varjões pintados de alguns capões de mato, os quais se prestam à criação, que há em avantajado número, pela firme pastagem, mesmo no período da seca.

Seu histórico, importa falar, sua fundação deve-se à mineração e é grandemente admirável e se prende.

Nada mais é senão um prolongamento do extinto Julgado de Traíras, sobejamente conhecido na nossa história e, melhor situado, mais facilmente desenvolveu e na sua evolução os fatos seguintes, à saciedade, põem à mostra a índole independente dos homens dessa partícula do Norte de Goiás.

Foi sob o energúmeno governo de Júlio Barbosa de Vasconcellos, quando presidente da antiga Província de Goiás, no gabinete presidido pelo conselheiro Cotegipe, que o povo de São José do Tocantins escreveu uma das mais memoráveis e brilhantes páginas de altivez e civismo, que refulge nos anais políticos de Goiás, com repercussão no País e, notadamente, no Senado do Império.

Na eleição para deputado geral, realizada a 15 de janeiro de 1886, eram candidatos: pelo Partido Liberal, o dr. José Leopoldo de Bulhões Jardim que, mais tarde, com brilho incomum, honrou a representação goiana na Câmara dos Deputados e no Senado da República ocupando, ainda, por duas vezes, com inexcedível competência e raro patriotismo, a pasta da Fazenda, nos beneméritos Governos Rodrigues Alves e Nilo Peçanha; e pelo Partido Conservador, então no poder, o dr. José Marcondes Andrade Figueira, uma das grandes figuras do Segundo Império.

A formidável maioria eleitoral do colégio de São José do Tocantins, filiada ao Partido Liberal e chefiada pelo vulto varonil do coronel José Joaquim Francisco da Silva, avô do dr. Marcelo Francisco da Silva, e bisavô do dr. Colemar Natal e Silva, que atualmente exercem, respectivamente, os cargos de juiz federal nesta Secção e procurador geral do Estado, preparava-se para levar às urnas o nome já laureado de Leopoldo de Bulhões, enquanto uma insignificante minoria conservadora, ao mando de José de Freitas Machado, consciente da derrota que o eleitorado altivo lhe reservava, obtivera do presidente da Província, a remessa de uma força de linha composta de quinze praças, comandadas pelo alferes José Gonçalves Pacheco, com o patente intuito de, ou pelo terror afastar do pleito o eleitorado liberal ou, em último caso inutilizar a eleição, por meios violentos, até então pouco usados no Brasil.

Igual desatino foi praticado em relação a outros colégios, sabidamente liberais.

Marcondes de Andrade Figueira vai a São José do Tocantins e nem com a sua presença consegue conquistar um único eleitor liberal!

Interpelado, pelo cel. José Joaquim, sobre a veracidade dos boatos que corriam e segundo os quais a força armada ali adrede destacada usaria das violências necessárias para afugentar das urnas o eleitorado liberal, dispersando-o, mesmo à bala, se tanto fosse mister, afirma Marcondes que podiam ficar tranqüilos os seus adversários políticos, porquanto ele, candidato, não aceitaria, jamais, um diploma manchado de sangue.

Marcondes, depois de haver assentado, com os seus minguados correligionários medidas políticas a caráter, deixa, furtivamente, a vila de São José do Tocantins, em a noite de quatorze de janeiro.

Corre a eleição a quinze.

E, não obstante o enérgico protesto escrito da Mesa Eleitoral, dirigido ao delegado de Polícia do Termo, no momento mesmo em que se processava o pleito, a tropa permanecera de armas embaladas, estendida em frente ao edifício em que funcionava a escola do sexo masculino da vila, onde a Mesa Eleitoral se achava legalmente instalada.

No ato da apuração dos votos dois eleitores conservadores aproximam-se da Mesa Eleitoral e rapidamente arrebatam: um, os livros respectivos e outro, um punhado de cédulas, saindo ambos apressadamente do recinto, sendo seguidos pelos eleitores e chefes liberais Antônio Martins Pereira, abastado fazendeiro, e o respeitável ancião Benício José Taveira, que pretendiam capturá-los.

A força de linha, postada à porta, com o seu comandante à frente, deixa passar os gatunos eleitorais e dá uma descarga sobre os dois intrépidos cidadãos, que seguiram no encalço dos criminosos!

Martins Pereira, mortalmente ferido, por uma bala que o transfixou na altura do peito, volta ao recinto, onde se deita no chão, exalando, incontinentemente, o derradeiro alento; Benício José Taveira, pai do cel. Elizeu José Taveira e avô materno do dr. Marcelo Silva, é também atingido, no peito esquerdo, por uma bala, que lhe vazou o tórax, da soldadesca desvairada, escapando, milagrosamente, à morte.

Ato contínuo, o alferes Pacheco, que, previamente, mandara afiar sua espada, afinca, em um dos portais, ponta do seu gládio, exclamando: “Não saiam!”

E, voltando-se para a força, a fim de dar uma ordem, é atingido no rosto por projétil de seus soldados, que continuavam atirando para dentro do recinto eleitoral, sobre o seu comandante. Mortalmente ferido caiu Pacheco agonizante, empunhando sua espada.

A força, sem comando, cessa o fogo.

O cel. José Joaquim, que após haver votado, se dirigiu à casa próxima, do sr. Joaquim Santiago, dali volta, sozinho e desarmado, no momento mesmo da tragédia, à casa em que corra a eleição e a cuja frente estertorava o alferes Pacheco, entre os seus soldados, com as armas ainda fumegantes!

O cel. José Joaquim manda que se abra a porta fechada pouco antes pelos liberais que se achavam naquele recinto, com o intuito de pouparem suas vidas; e, já então com seu filho, o capitão Paulo, pai do dr. Marcelo, dá o braço a seu correligionário ferido, o alferes Benício Taveira, com ele seguindo, por ambos amparados, para sua casa, atravessando, ao sair, o magote de soldados sanguinários.

Para São José fez o Governo seguir o chefe de Polícia, dr. Ramiro Pereira de Abreu, levando mais força, a fim de abrir inquérito sobre aquelas trágicas ocorrências.

Espontaneamente, para ali se dirigiu, também, a fim de acompanhar dito inquérito, por parte dos liberais o preclaro dr. Antônio Félix de Bulhões Jardim, irmão de Leopoldo de Bulhões.

Houve, entre os conservadores quem, despudoradamente, afirmasse haver sido Pacheco assassinado por Martins Pereira, desfechando-lhe, à queima-roupa, e diante da força, um revólver de grosso calibre, originando-se o tiroteio.

Incrível!

Provado ficou, pelo inquérito, o que antes já era do conhecimento de toda a gente: não existir nessa época um único revólver naquela terra tradicionalmente pacífica.

Não obstante, para desfazer de maneira ainda mais irretorquível, a cínica balela de haver sido Pacheco atirado e morto por Martins Pereira, requereu a Auditoria de Guerra, um ano depois, a exumação do crânio de Pacheco, para ser conduzido a esta Capital onde, no Palácio do Governo, diante do presidente da Província e outras autoridades foi, pelo médico militar, dr. Alvellos, extraída a bala homicida, reconhecendo todos os peritos ser de arma de guerra, usada pela força!

Só assim resplandeceu a ofuscante verdade!

As autoridades e o povo de São José do Tocantins representaram ao próprio imperador d. Pedro II, ao Senado e à Câmara dos Deputados, levando ao seu conhecimento tão espantosas ocorrências.

No Senado, o impertérrito tribuno José Bonifácio de Andrada e Silva calçou sobre essa representação, formidando discurso de oposição, no qual, profetizou a queda das instituições monárquicas!...

Tão candente foi a oração do grande Andrada, que o Governo sentiu necessidade de se defender, cabendo essa tarefa ao próprio presidente do Conselho de Ministros, o famoso Barão de Cotegipe, que teve esta frase: “São José do Tocantins merece um poema!”

Antônio Martins Pereira, morto naquela funesta eleição, era capitão da Guarda Nacional, tendo sido nomeado pelo Governo Imperial, para preencher sua vaga, o chefe conservador, José de Freitas Machado, responsável visível por aqueles sinistros episódios.

O comandante superior da Guarda Nacional em São José do Tocantins, cel. José Joaquim, recusa-se a dar posse ao nomeado e encaminha, ao governo, as patentes de todos os oficiais daquela milícia, seus subordinados que, para esse fim, lh’as enviaram, como protesto solene, contra a substituição do capitão Martins Pereira pelo, quiçá, principal responsável por sua morte.

□

Já, cinqüenta anos volveram sobre esses surpreendentes acontecimentos; mas os filhos de São José do Tocantins, evocando num recolhimento cívico a memória sagrada daqueles augustos varões, devem orgulhar-se de seus feitos heróicos, descobrindo-se, respeitosos, diante suas cinzas venerandas, que dormem no seio daquela terra maravilhosa, criada por Deus para altos e nobres desígnios.

□

O município de São José do Tocantins goza de excelente clima — quente e seco, mas sempre saudável.

Terras férteis, predominando os campos, nos quais a indústria pastoril se desenvolve admiravelmente.

A lavoura, embora por processos primitivos, abastece a população, exportando, em parte, gêneros de primeira necessidade para Corumbá e Anápolis, onde se acha, hoje, a ponta dos trilhos da E. de F. de Goiás, separada de São José pela distância de trezentos quilômetros.

Uma excelente rodovia liga São José do Tocantins a essas cidades tendo sido a estrada construída pela empresa que explora, naquele município, a maior e a mais rica mina de níquel do mundo.

Assim a classificam todos os técnicos que a examinaram, inclusive o notável engenheiro Luciano Jacques de Moraes, alto funcionário do Ministério da Agricultura, no seu magnífico relatório, publicado oficialmente e que se intitula *Nickel no Brasil*. É um trabalho que todos os brasileiros devem ler, para se orgulharem da opulência do nosso solo.

No passado, foram muito trabalhadas as ricas minas de ouro, ali situadas, denominadas Cafundó, Castelinho, Calogi, Ouro Podre, Formiga, Santa Rita e outras, sendo que em Água Quente, até onde é navegável o Rio Maranhão, desviou-se-lhe o curso e não obstante haver a barragem do rio resistido algumas horas ao peso das águas daquela grande caudal, duas horas apenas, o valor do metal encontrado, ouro, ultrapassou às despesas feitas.

Revoltou-se o manancial contra o roubo e suas águas revoltas opuseram um dique àquele delito e acobertaram, como um pálio sagrado, o tesouro imensurável que encerra.

É um fato histórico incontroverso.

As minas milionárias de Castelinho ofereceram minérios que foram analisados pelo sábio geólogo e mineralogista C. Derbi e pelo Laboratório Nacional de Análise, acusando um teor superior aos de Morro Velho ou sejam 53 gramas de ouro por tonelada de minério!

Há certificado oficial destas análises.

Verdadeiras florestas de babaçu cobrem, em grandes extensões, as margens do Maranhão e de muitos de seus afluentes.

É bem de ver-se o fim deslumbrante que a Providência reserva àqueles opulentos rincões, talvez em próximo porvir.

□

DESCRIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS JAZIDAS,
SEGUNDO O ILUSTRADO ENGENHEIRO
LUCIANO JACQUES DE MORAES

Há uns vinte anos, foram colhidas amostras de minério de níquel em São José do Tocantins — Estado de Goiás — pelo sr. Joaquim José da Silva, e remetidas para São Paulo e Rio de Janeiro, para exame.

Em 1919, foi analisada, no Laboratório do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, pelo dr. Moraes Rego, uma amostra remetida como sendo de São José do Tocantins.

Essa análise se acha registada no livro próprio para esse fim, da época referida, existente no mesmo laboratório e saiu há pouco tempo estampada na *Revista Informação Goyana*, número de janeiro e fevereiro de 1935 e está publicada, com erros, no Relatório do Serviço Geológico para o ano de 1923 e como procedente de Livramento.

Alguns anos mais tarde, entre 1922 e 1923, o dr. Aurélio Bulhões Pedreira, então geólogo do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, fez um exame do local desses minérios. Nos últimos anos, a Empresa Comercial de Goiás interessou por essas jazidas e, em começo de 1923, obteve do Governo Federal autorização para explorá-las.

O trabalho de prospecção nas jazidas de níquel foi executado por essa empresa no período de fevereiro a novembro de 1933. Em 1934, ela fez extração de minério rico para exportação num total aproximado de 170 toneladas, com um teor de 12% a 14% de níquel, à medida que era efetuada a prospecção das jazidas.

Ao mesmo tempo, extraía também minério acima de 6% para tratamento numa usina local, que estava sendo montada em outubro de 1934.

A segunda fase desses trabalhos de prospecção, a partir do fim de 1933, esteve a cargo do engenheiro Fred W. Schmidt que, também, procedia às análises e ensaios químicos necessários aos mesmos, sempre com grande zelo e interpretando fielmente os resultados alcançados.

E prossegue:

QUANTIDADE DE MINÉRIO

É enorme a quantidade de minério de níquel existente na Serra da Mantiqueira.

Pelas pesquisas feitas até o presente já se conhecem algumas jazidas importantes nessa área de rochas peridóticas.

Para se ter uma idéia exata da cubação desses depósitos de minério de níquel seria necessário realizar acurados e dispendiosos trabalhos de prospecção, que forneceriam mais elementos sobre as jazidas conhecidas e provavelmente revelariam a existência de outras, algumas já indicadas pelos afloramentos.

Examinando as áreas já prospectadas, verifica-se pelos poços escavados, que o minério de níquel é encontrado em cada jazida entre 1/3 e 1/4 da área total.

Fazendo a cubação dos depósitos descritos, de acordo com as dimensões de cada um deles, admitindo 2,5 para densidade do minério — número menor que o real — e tomando apenas a quarta parte das quantidades encontradas, verificamos as seguintes tonelagens, para uma espessura de 10 metros de manto de minério até a profundidade de 20 metros:

Jazida de Jacuba I	300.000 toneladas
Jazida de Jacuba II	400.000 toneladas
Jazida de Vendinha	300.000 toneladas
Jazidas de Cachimbo	300.000 toneladas
Jazida de Forquilha II	600.000 toneladas
Jazida de Forquilha I	300.000 toneladas

—

Teremos, assim, 2.200.000 toneladas de minério de 5% de níquel, sem contar as jazidas de Lajeado, Ponte Alta, Mosquito, Cabeceiras do Córrego da Fazenda.

Considerando que foi verificado, em um ponto, que o minério continuava além da profundidade de 28 metros e em outros que a espessura do manto excedia a 13 metros e levando em conta a grande área ocupada pelas rochas niquelíferas, pode-se admitir que as jazidas de minério de níquel da Serra da Mantiqueira em Goiás, venham a ter algumas vezes a quantidade de minério mencionada.

O sr. Schmidt calculou que as jazidas por ele pesquisadas darão, até a profundidade de 20 metros, 1 milhão de toneladas de minério, com um médio de 5% de níquel e que todos os depósitos reunidos poderão ter 10 milhões¹ de toneladas, de acordo com as considerações acima expendidas.

(Estudos feitos do níquel do Brasil pelo técnico Luciano Jacques de Moraes, do Ministério da Agricultura, constante do Relatório nº 9, de 1935.)

□

Dormem, em todo o Setentrião, múltiplos fatores de seu engrandecimento; dormem, também, as consciências dos nossos homens públicos, imbuídas do bem-estar próprio e quiçá, da camarilha de nulidades que, às mais das vezes os cercam, esquecidos dessas possibilidades e dos que têm a ventura de, ali, aspirar o alimento que vivifica seus organismos, depois do seccionamento das vísceras maternas, desde onde, até ao túmulo, suas vidas retratam uma odisséia!

□

¹ Na edição *princeps* está grafado “1000.0.000”, provavelmente um erro.

Fazia-se noite quando apeamos na porta da única pensão existente e de propriedade do pacato e bondoso sr. Satyro.

Seu primeiro cuidado foi nos inquirir dos nomes e, ao mesmo tempo, informar possuir cômodos suficientes ao nosso alojamento e tudo se arranjou com máxima presteza.

Localizou-nos num quarto em frente à casa comercial de sua propriedade, que apesar de sua amplitude e possuir várias janelas, que davam para a rua, era um verdadeiro condensador de calor, porquanto o estuque acompanhava o feitio do prédio: reboco e situado a pequena altura.

No dia seguinte, participou o promotor de Justiça nomeado de se encontrar em viagem e onde apareceu onze dias depois.

Durante esse lapso de tempo me entretinha em palestra com o telegrafista Antero Taveira, que regressara do Muquém, colega dos primeiros tempos ginasiais e que superintendia a última estação telegráfica existente na trajetória.

Proporcionou-me, por outra parte, a estada, a ventura de abraçar um velho amigo e lente, frei Constâncio, da Ordem dos Dominicanos.

Uma ventura mista a que senti, porque alegrou-me e entristeceu-me, ao mesmo tempo, tal encontro.

Esse frade, que outrora conhecera cheio de vida, no verdor da mocidade, quando me reconheceu, com os olhos marejados, rapidamente me envolveu em apertado abraço e dos seus lábios, esta frase: “Saudades da França!...”

Alquebrado pela enfermidade que lhe minava a existência percorria, em virtude da elevada missão da ordem a que pertencia, aquela paróquia, embora bastante enfermo.

Compreendi a gravidade da doença, que cedo o acometera e meu juízo a respeito não se tornou temerário visto, não muito tempo depois, seu corpo descia ao túmulo e o céu se povoava de mais uma alma benfazeja.

Regressavam do Muquém os primeiros romeiros.

As labaredas devoravam as pastagens circunvizinhas.

E quando a comitiva, agora acrescida de vinte e tantas praças, ali encontradas, de dois empregados do promotor e deste, rumara para Calvacante a 180 quilômetros em frente, pernoitando em Veredinha, bifurcação das estradas para Muquém e Calvacante. Uma noite de intranqüilidade a que transcorreu ali; os animais afugentados e em disparada, deixaram o encosto, procurando as imediações de nossas barracas, no acampamento e alguns cincerros lhes foram arrancados, ouvindo-se pela madrugada, o retinir dos mesmos, à grande distância, nas saliências dos terrenos fronteiros

Eram os índios Canoeiros que se haviam aproximado e praticado “uma das suas brincadeiras”, como se expressam os moradores daqueles sítios.

Uma noite de vigília e durante a qual comentávamos, singular fenômeno e, ao amanhecer, o som da corneta anunciou o reinício da caminhada, atualmente, visando Calvacante.